

**A integração local dos agregados familiares de seis pequenas e médias cidades
portuguesas sedeadas em meio rural:
Resultados de um estudo empírico[♦]**

Francisco Diniz

Departamento de Economia, Sociologia e Gestão
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
CETRAD
fdiniz@utad.pt

RESUMO

O futuro dos espaços rurais está cada vez mais ligado ao desenvolvimento das cidades. As zonas rurais com menor densidade populacional têm mais possibilidades de conservar o seu carácter rural, sobretudo as que se situam longe de áreas metropolitanas.

Até ao momento, as medidas de desenvolvimento territorial visavam essencialmente, melhorar a ligação da periferia ao centro através de projectos no campo das infra-estruturas. O Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário - EDEC (1999) refere a necessidade de uma política que ofereça novas perspectivas às regiões periféricas, mediante uma estrutura mais policêntrica do espaço europeu. A criação de novas dinâmicas de integração económica mundial, bem distribuídas pelo espaço da UE, constituídas por áreas metropolitanas interligadas e de fácil acesso internacional, articuladas em torno de cidades e espaços rurais de diferentes dimensões, desempenhando um papel importante na melhoria de um equilíbrio territorial da Europa é, de igual modo, um dos caminhos a seguir.

[♦] O objectivo deste trabalho é apresentar os resultados de um projecto de investigação financiado pela Comissão Europeia, The Role of Small and Medium-sized Towns in Rural Development [EU RTD Project QLRT-2000-01923], é coordenado pela Universidade de Reading e Plymouth. A equipa portuguesa é coordenada por F. Diniz e é composta por A. Poeta, C. Silva, L. Pinto, P. António e S. Abreu, relativos a inquéritos realizados a agregados familiares de 6 pequenas e médias cidades de Portugal com vista a analisar o nível de integração das compras e tecer consideração sobre a centralidade dessas cidades em relação ao meio rural envolvente.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo procura sintetizar os resultados obtidos com uma inquirição feita no estudo piloto do projecto de investigação comunitário denominado “O papel das pequenas e médias cidades no desenvolvimento rural”- MARKETOWNS¹.

Os objectivos do estudo são os seguintes:

- (i) Medir os fluxos de bens, serviços e trabalho entre as empresas e os agregados numa amostra de pequenas e médias cidades rurais, bem como a paisagem que as rodeia, seleccionadas para o efeito, de modo a estabelecer a natureza e a dimensão da sua integração na economia local;
- (ii) Comparar o grau de integração na economia local dos diferentes tipos e dimensões das cidades, empresas e agregados encontrados nas áreas seleccionadas;
- (iii) Tirar conclusões e fazer recomendações a todos os que, a nível regional, nacional e europeu procuram estimular actividades económicas e oportunidades de emprego mais diversificadas em áreas rurais; e,
- (iv) Fornecer uma fonte acessível de dados microeconómicos espacialmente referenciados a todos os que trabalham para modelar o impacto de futuras políticas da União Europeia na economia rural.

De forma a atingir estes objectivos, admitiu-se como pressupostos que: (1) os agentes económicos relevantes para a análise são as famílias, as empresas e as explorações agrícolas; (2) que os fluxos económicos das famílias são feitos maioritariamente com as empresas e explorações agrícolas e que estas captam as influências sócio-económicas das dinâmicas rurais; (3) as áreas de influência das cidades podem ser distinguidas ao nível das freguesias urbanas, rurais e freguesias exteriores ao concelho, que encerra a cidade seleccionada; (4) é possível comparar os fluxos económicos que ocorrem numa área metropolitana com os que ocorrem entre as pequenas e médias cidades e as suas áreas de influência.

Em concordância com a metodologia do projecto MARKETOWNS, foram escolhidas seis pequenas e médias cidades para fazer parte da área em estudo:

¹ The Role of Small and Medium-sized Towns in Rural Development [EU RTD Project QLRT-2000-01923], é coordenado pela Universidade de Reading e Plymouth. A equipa portuguesa é coordenada por F. Diniz e é composta por A. Poeta, C. Silva, L. Pinto, P. António e S. Abreu.

Cidades escolhidas	Pequenas (5,000 – 20,000 Pop.)	Médias (20,000 – 40,000 Pop.)
Concelho em que o emprego na Agricultura está muito acima da média nacional (<i>Portugal: 10.8%</i>)	1- MIRANDELA (41.1%)	2- VILA REAL (20.1%)
Concelho em que o emprego no Turismo está muito acima da média nacional (<i>Portugal: 6.5%</i>)	3- TAVIRA (21.9%)	4- SILVES (28.6%)
Concelho peri-urbana “acessível” próxima de uma área metropolitana (Porto)	5- LIXA	6- ESPOSENDE

De facto, a tradicional dicotomia urbano/rural surge actualmente na União Europeia como parte de um tema mais geral de sustentabilidade urbana. A Comissão Europeia considera que o equilíbrio ambiental e a eficiência territorial das áreas rurais dependem do sucesso da produção urbana. Assim, os objectivos desta investigação, embora primordialmente focalizados numa preocupação de intervenção da política ao nível das áreas rurais, não deixam de transparecer a necessidade de considerar a envolvente territorial como factor fundamental para a sobrevivência das pequenas cidades mais ou menos urbanizadas no contexto de desenvolvimento regional.

Após a análise de cerca de 150 inquéritos realizados a agregados familiares não agrícolas, 30 a agregados familiares agrícolas no caso de Tavira, Silves, Lixa e Esposende e cerca de 70 no caso de Mirandela e Vila Real, obteve-se informação relevante para uma análise descritiva das compras mensais dos referidos agentes económicos com a área urbana do concelho e a área rural do mesmo e com as demais regiões do país.

O número de questionários válidos utilizados na análise dos resultados consta do quadro 1.

Quadro 1 - Número de inquéritos considerados válidos

Concelhos	1 Mirandela		2 Vila Real		3 Tavira		4 Silves		5 Lixa		6 Esposende	
	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural
1 residente	7	5	16	5	16	6	17	7	7	4	7	4
2 residentes	27	10	23	13	30	13	24	13	16	9	18	8
3 residentes	26	12	26	14	25	17	27	14	30	15	26	16
4 residentes	31	17	24	13	21	8	25	12	34	14	33	18
5 ou + residentes	9	6	11	5	8	6	7	4	13	8	16	9
Famílias não agrícolas	100	50	100	50	100	50	100	50	100	50	100	55
Famílias agrícolas		72		65		30		30		30		30

O papel das pequenas e médias cidades na criação de uma economia rural mais diversificada é cada vez mais uma preocupação da União Europeia. O presente artigo, de forma exploratória, discute o conceito de rede urbana e insere-o na evidência empírica desta investigação, analisando a integração dos agregados familiares na economia local e na economia local alargada aos concelhos limítrofes.

2. AS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES E O CONCEITO DE REDE URBANA

Com o processo de globalização verifica-se a tentação de se pensar que as populações das cidades, mesmo as mais pequenas, vêem o acesso aos mercados como algo de fácil e rápido com deslocações permanentes aos grandes centros urbanos nacionais ou até mesmo internacionais. Nesta lógica as barreiras de espaço parecem ser praticamente inexistentes. Os progressos tecnológicos nas formas de transporte e nas comunicações efectivamente permitiram que, independentemente da dimensão das cidades, todas pudessem ter acesso não só a um conjunto vasto de bens como ainda à possibilidade de os produzir localmente com matéria-prima proveniente dos mais diversos locais do mundo.

Do ponto de vista da oferta a máxima do *pensar globalmente e agir localmente* parece ter um forte impacto nas pequenas e médias cidades. Esta análise é contudo mais restrita do ponto de vista da procura, em particular relativamente aos consumidores finais que são as famílias. O comportamento das famílias, ainda que influenciadas pelo comportamento das empresas e logo pela sua capacidade de inter-acção com outras cidades, reveste-se, contudo, de um carácter de menor mobilidade e portanto mais dependentes da capacidade atractiva do seu espaço de “mercado” que é a cidade e a sua área envolvente.

As pequenas e médias cidades em áreas cuja envolvente é fundamentalmente rural começaram a ser objecto de análise por parte da Comissão Europeia, particularmente com o EDEC, produzido em 1999. A ligação das diferentes cidades europeias em rede, independentemente da sua dimensão é uma preocupação da política de desenvolvimento da União Europeia, que pretende ver uma melhoria no equilíbrio territorial do seu espaço.

Esta posição é de resto uma evolução das concepções de análise do território em geral e da formação dos sistemas urbanos em particular. Os trabalhos desenvolvidos por Lösch e Christaller que deram origem à teoria dos lugares centrais, por exemplo

consideravam as cidades como constituindo áreas mais ou menos estanques em que a mobilidade dos factores produtivos e dos consumidores era praticamente inexistente. Refira-se que a dimensão das cidades neste contexto adquiria particular relevância dado que, por razões de economias de aglomeração, a oferta localizava-se junto da procura alargando-se a uma área designada por “região complementar”, mas não ainda uma rede urbana.

Na análise da teoria dos lugares centrais duas condições mostram-se de fundamental relevância: a contiguidade e a dimensão. A condição de contiguidade exigia que a rede urbana fosse composta por centros urbanos fisicamente próximos por forma a garantir a viabilidade das actividades económicas. A dimensão destes centros era condição essencial para o seu dinamismo e a sua expansão económica.

A actual forte mobilidade dos factores de produção e dos bens e serviços libertou as cidades, e em especial as pequenas e médias, destas exigências de contiguidade e de dimensão como factores limitativos da sua afirmação num contexto de desenvolvimento local e regional. Nesta dissociação e na sua convivência com as muitas formas de organização tradicional, reside o principal elemento explicativo das novas recomposições urbanas que vemos acontecer, em que as hierarquias se estabelecem entre espaços não contíguos, não necessariamente pertencentes ao mesmo país, o que, se outras razões não existissem, seria suficiente para tornar indispensável uma abordagem das redes urbanas numa perspectiva, também, supra-nacional e internacional (Alves, 2002).

O objectivo deste estudo ainda que não preconize a análise das redes urbanas mas especificamente o papel que as pequenas e médias cidades têm no desenvolvimento das áreas rurais onde se inserem, acaba por sintetizar as relações que estas cidades têm com as demais áreas geográficas do país, Europa e o resto do mundo. Estas relações acabam por se inserir no actual conceito de rede urbana. “O conceito de rede como que, fisicamente, se desmaterializa. As redes urbanas constroem-se entre quem é capaz de escolher parceiros qualificados, para produzir em conjunto, ou para estabelecer uma relação clientelar, independentemente da distância, e não entre quem mantém dependências ou interdependências, apenas porque tem uma certa dimensão” (Alves, 2002).

Esta nova visão de rede urbana não significa, contudo, que se deixe de ver a área de influência da cidade como condição de proximidade, de resto uma característica interessante ao seu desenvolvimento. Efectivamente a capacidade que as cidades têm de

escoar os seus produtos e atrair populações vizinhas para a sua oferta de serviços e de emprego cria nas cidades atractivos de uma rede urbana dinâmica. Mas esta nova visão significa necessariamente um *trade-off* entre a satisfação dos consumidores locais e a especialização funcional das cidades que constituem a rede urbana. Não se trata necessariamente de uma hierarquização de cidades que compõem a rede urbana, mas sim da existência de relações de interdependência que no seu todo significam a manutenção do valor acrescentado das produções no interior da rede.

3. RESULTADOS OBTIDOS

Em termos das respostas obtidas dos respondentes, em todas as cidades estudadas, as **famílias não agrícolas** podem ser descritas, de acordo com o valor de cada uma das características mais frequente, do seguinte modo:

- É o dono da habitação onde reside, que sempre viveu na localidade e há pelo menos mais de 5 anos, que possui um veículo automóvel e que trabalha a tempo inteiro, que responde ao questionário;
- O número de pessoas que constituem o agregado familiar é de três. Duas excepções, as cidades agrícolas de Mirandela e Vila Real onde este valor sobe para quatro e a cidade de Tavira (pequena – turismo) em que número de pessoa do agregado familiar não agrícola desce para dois;
- A família não agrícola típica é constituída por adultos em idade de trabalhar;
- Em termos de classe social dominam as ocupações com profissão. Em Tavira, são as ocupações qualificadas e parcialmente qualificadas que são maioritárias e em Mirandela (pequena – agrícola) são as parcialmente qualificadas;
- O rendimento anual mais frequente é que está entre 10000 a 15000 € Somente na cidade de Tavira o rendimento mais frequente está situado entre 15001 e 20000 €

As **famílias agrícolas** podem ser descritas, de acordo com o valor de cada uma das características mais frequente, do seguinte modo:

- E dono da exploração agrícola que sempre viveu na localidade e há pelo menos mais de 5 anos, que possui um veículo automóvel e trabalha a tempo inteiro, que responde ao questionário;

- O número de pessoas que constituem o agregado familiar é de dois. Duas excepções, as cidades de Silves (média – turismo) e Mirandela (pequena – agrícola) onde este valor sobe para três e quatro, respectivamente;
- A família agrícola típica é constituída por adultos em idade de trabalhar;
- Em termos de classe social dominam as ocupações técnicas e de gestão. Tal fica a dever-se ao facto dos inquiridos desempenharem essas funções na exploração agrícola;
- O rendimento anual mais frequente é que está entre 6001 a 10000 €

O Indicador de Integração Local (IIL) é uma medida descritiva simples que indica a proporção de uma actividade em particular (compras, vendas, etc.), de um grupo de entidades económicas em particular (todas as empresas, empresas de grande dimensão, da indústria transformadora, etc.) afectado à economia local. Por exemplo, as empresas localizadas na cidade X podem obter 25% das suas compras (em termos de valor) de outras empresas existentes na localidade, 50% de qualquer outro lugar dentro do país, 5% de qualquer outro lugar situado na U.E. e 20% de outros países fora da U.E. Neste caso, o $IIL_{compras}$ desta cidade é de 0,25. Também podem vender apenas 10% da sua produção a empresas existentes na localidade, circunstância em que o IIL_{vendas} da cidade é de 0,1. As empresas da cidade podem obter apenas 40% do seu emprego (medido em número de trabalhadores a tempo inteiro equivalente) de agregados familiares da localidade. Neste caso, o $IIL_{emprego}$ da cidade será de 0,4. Em conjunto, e calculadas para uma cidade em particular, estes indicadores mostram, de imediato, em que medida as compras dos agregados familiares ou o emprego estão mais integradas na localidade, do que propriamente na economia nacional, europeia ou global.

Quadro 2 - Integração local das compras dos agregados familiares não agrícolas

Zona	Limite	1 Mirandela		2 Vila Real		3 Tavira		4 Silves		5 Lixa		6 Esposende	
		Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %
A	Na cidade	66,3	89,9	79,5	89,6	50,6	72,3	32,4	71,1	44,3	57,7	36,8	63,6
B	Até 7km da cidade	7,2	6,6	4,1	5,1	2,3	12,2	13,7	16,7	26,5	34,6	27,9	16,8
C	Entre 7-16 km da cidade	4,1	0,3	0,5	0,7	6,6	2,9	25,9	10,5	12,1	5,8	15,5	13,0
D	Algures no país Nível NUTS III	1,5	0,7	1,0	0,2	20,4	9,1	7,6	0,6	5,1	0,3	4,7	1,4
E	Algures na região Nível NUTS II	11,3	1,7	11,8	3,5	7,3	1,0	0,5	0,3	10,4	1,5	13,3	4,7
F	Algures no país	8,0	0,7	3,0	0,5	11,8	1,5	19,6	0,8	1,5	0,1	0,8	0,5
G	União Europeia	1,6	0,0	0,2	0,5	1,1	0,8	0,3	0,0	0,0	0,0	1,1	0,1
H	Algures no Estrangeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Todos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Indicadores de integração													
A + B	Indicador de Integração Local (IIL _{venda} e IIL _{compras})	0,74	0,97	0,84	0,95	0,53	0,85	0,46	0,88	0,71	0,92	0,65	0,80
A + B + C	Indicador de Integração Local Alargado (ILA _{vendas} e ILA _{compras})	0,78	0,97	0,84	0,95	0,60	0,87	0,72	0,98	0,83	0,98	0,80	0,93

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor.

Quadro 3 - Integração local das compras dos agregados familiares agrícolas

Zona	Limite	1 Mirandela		2 Vila Real		3 Tavira		4 Silves		5 Lixa		6 Esposende	
		Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %	Compras de elevada ordem %	Compras de baixa ordem %
A	Na cidade	70,2	77,0	69,7	59,6	24,4	54,1	9,0	31,3	23,7	25,1	13,7	29,3
B	Até 7km da cidade	6,9	18,2	24,5	35,5	59,4	26,3	43,7	47,8	20,9	55,0	23,6	53,1
C	Entre 7-16 km da cidade	3,9	3,3	0,8	2,6	4,0	7,2	23,8	14,9	11,8	10,7	46,9	15,9
D	Algures no país Nível NUTS III	1,2	0,6	0,0	0,1	10,6	11,8	3,0	0,6	4,5	0,0	0,7	1,1
E	Algures na região Nível NUTS II	13,9	0,6	4,2	1,9	0,0	0,0	3,3	0,6	34,7	9,2	14,1	0,4
F	Algures no país	3,2	0,4	0,8	0,2	1,5	0,7	15,4	4,8	4,4	0,0	0,9	0,1
G	União Europeia	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
H	Algures no Estrangeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Todos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Indicadores de integração													
A + B	Indicador de Integração Local (IIL _{venda} e IIL _{compras})	0,71	0,77	0,94	0,95	0,84	0,80	0,53	0,79	0,45	0,80	0,37	0,82
A + B + C	Indicador de Integração Local Alargado (ILA _{vendas} e IILA _{compras})	0,81	0,99	0,95	0,98	0,88	0,88	0,77	0,94	0,56	0,91	0,84	0,98

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor.

Quadro 4 - Emprego a tempo inteiro equivalente para os agregados familiares não-agrícolas

Zona	Limite	Emprego a tempo Inteiro Equivalente (%)					
		1 Mirandela	2 Vila Real	3 Tavira	4 Silves	5 Lixa	6 Esposende
A	Na cidade	80,2	91,8	84,1	74,6	58,6	67,2
B	Até 7km da cidade	15,8	2,9	6,6	16,2	30,9	18,3
C	Entre 7-16 km da cidade	0,8	2,9	3,1	6,2	7,0	7,5
D	Algures no país Nível NUTS III 1	1,2	0,4	5,0	0,8	1,8	1,1
E	Algures na região Nível NUTS II	1,6	1,6	0,9	0,5	1,2	3,4
F	Algures no país	0,4	0,4	0,0	1,8	0,4	0,9
G	União Europeia	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	1,7
H	Algures no Estrangeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
A + B	Indicador de Integração Loca ($III_{emprego\ nas\ empresas} III_{pagaments\ salariais\ das\ empresas}$)	0,96	0,95	0,91	0,91	0,90	0,86
A + B + C	Indicador de Integração Local Alargado ($III_{emprego\ nas\ empresas} III_{pagaments\ salariais\ das\ empresas}$)	0,97	0,98	0,94	0,97	0,97	0,93

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor.

Quadro 5 - Emprego a tempo Inteiro equivalente para os agregados familiares agrícolas

Zona	Limite	Emprego a tempo Inteiro Equivalente (%)					
		1 Mirandela	2 Vila Real	3 Tavira	4 Silves	5 Lixa	6 Esposende
A	Na cidade	19,5	10,4	6,0	13,3	16,7	17,0
B	Até 7km da cidade	79,7	85,8	88,1	80,0	72,2	69,8
C	Entre 7-16 km da cidade	0,8	0,9	0,0	4,0	2,2	11,3
D	Algures no país Nível NUTS III 1	0,0	0,9	4,8	2,7	2,2	0,0
E	Algures na região Nível NUTS II	0,0	0,9	0,0	0,0	6,7	1,9
F	Algures no país	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
G	União Europeia	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0
H	Algures no Estrangeiro	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
A + B	Indicador de Integração Loca ($III_{emprego\ nas\ empresas} III_{pagaments\ salariais\ das\ empresas}$)	0,99	0,96	0,94	0,93	0,89	0,87
A + B + C	Indicador de Integração Local Alargado ($III_{emprego\ nas\ empresas} III_{pagaments\ salariais\ das\ empresas}$)	1,00	0,97	0,94	0,97	0,91	0,98

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor.

As **famílias agrícolas e não agrícolas** têm um elevado grau de integração nas economias locais. Quando se analisa o comportamento nas compras de elevado valor e de baixo valor o grau de integração sobe para as compras de baixo valor, excepto em Tavira para o caso das famílias agrícolas.

O emprego das famílias agrícolas e não agrícolas conhece um elevado nível de integração local com valores do IIL entre 0,9 a 1.

Ao contrário do que acontecia com a análise dos resultados económicos, neste caso, os valores absolutos das transacções não estão incorporados nas variáveis. A análise baseia-se directamente na proporção das vendas e das compras de cada região.

As variáveis independentes derivam das já incorporadas na análise descritiva, relacionadas, por exemplo, com a dimensão e número de anos na localidade, ao nível de rendimento, à dimensão do agregado e à localização do emprego para citar alguns. Pode utilizar-se a análise bi-variada para comparar diferentes tipos de famílias relativamente a, cada uma das características anteriormente referidas.

A análise envolve a comparação das médias das respectivas variáveis dependentes para cada uma das características das variáveis independentes e terá de ser feita em duas etapas:

- Em primeiro lugar, deve calcular-se a média e o desvio padrão para cada uma das comparações;
- Embora a comparação independente de médias seja feita, normalmente, com recurso ao teste t de Student, é provável que as variáveis dependentes não confirmem os pressupostos da distribuição normal e da igualdade de variâncias (Tal baseia-se em experiências anteriores com dados desta natureza. Caso os dados o permitam, será preferível usar o teste t de Student); nesse caso, a utilização do teste de Man Whitney U para duas amostras independentes e o de Kruskal-Wallis para mais do que duas amostras permitirá a obtenção de resultados mais consistentes. Isto constitui um equivalente não-paramétrico ao teste t de Student e implica a substituição de hierarquias para os valores reais. Os resultados são apresentados nos quadros 6 e 7 para as famílias não agrícolas e agrícolas, respectivamente.

Quadro 6 - Resultados da análise bi - variada para os agregados familiares não - agrícolas

Características das famílias não agrícolas	Concelhos					
	1 Mirandela	2 Vila Real	3 Tavira	4 Silves	5 Lixa	6 Esposende
Nº de anos na localidade						
Concelho	4,236	10,006 **	9,919 **	11,432 ***	1,835	2,843
Concelho+ concelhos limítrofes	4,099	10,650 **	12,992 ***	14,742 ***	3,601	5,138
Nível de rendimentos						
Concelho	17,185	11,788 ***	4,501	16,260 ***	5,827	14,504 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	26,662 ***	13,133 ***	5,702	12,007 ***	8,893 **	26,060 ***
Posse de viatura						
Concelho	24,078 ***	4,862	5,489	12,426 ***	4,670	11,931 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	21,313 ***	3,650	5,889	2,676	2,962	12,653 ***
Dimensão do agregado						
Concelho	7,685 *	3,677	1,207	3,729	1,985	1,680
Concelho+ concelhos limítrofes	4,628	4,865	3,945	2,618	1,159	2,756
Famílias com e sem filhos						
Concelho	2,844	3,335	1,441	1,585	9,428 ***	14,886 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	2,843	3,406	0,859	0,275	7,992 ***	11,660 ***
Origem da família						
Concelho	1830,000 ***	2378,000	2481,000	2108,000	2420,000	2374,000
Concelho+ concelhos limítrofes	1939,000 **	2372,000	2268,000	2243,000	2415,500	2600,000
Local do emprego						
Concelho	1,599	0,613	--	2,011	2,516	2,289
Concelho+ concelhos limítrofes	1,489	0,015	--	0,655	2,413	2,813 *
Estatuto social						
Concelho	23,290 ***	13,255 ***	11,996 ***	13,374 ***	24,846 ***	11,349 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	24,500 ***	14,544 ***	11,582 ***	9,320 **	20,768 ***	23,269 ***
Tipologia de compras (Baixa e elevada ordem)						
Concelho	1401,000 ***	1106,500 **	1603,500 ***	1447,000 ***	1504,000 ***	1869,500 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	1479,000 ***	1063,000 ***	1660,500 ***	1586,000 ***	1394,000 ***	1860,000 ***
(bens/serviços)						
Concelho	1193,000 ***	1166,000 ***	1458,500	1670,000	1758,000	1836,000
Concelho+ concelhos limítrofes	1299,000 ***	1250,000 ***	1488,500	1327,500 ***	1701,000	1696,000 *

Nível de significância: * 90% (P<0.1) **95% (P<0.05) *** 99% (P<0,01)

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor

Sobre a influência que algumas variáveis têm no grau de integração local das compras das **famílias não agrícolas** a análise bi - variada permite-nos dizer o seguinte:

- As variáveis que têm a ver com a dimensão do agregado e a localização do emprego quase não influenciam o grau de integração das famílias não agrícolas;
- O estatuto social e o tipo de compras (baixo/elevado valor) influenciam a integração local das compras deste tipo de famílias, em todas as cidades;
- O facto das famílias terem ou não terem filhos só influencia o nível de integração local das compras das famílias não agrícolas residentes em ambas as cidades peri - urbanas;
- A origem do agregado só em Mirandela tem influência;
- O nível de rendimentos ó não tem influência em Tavira;
- Para as famílias não agrícolas de Vila Real, Tavira e Lixa é que o facto de terem ou não veículo automóvel não tem influência na integração local das suas compras;
- O número de anos a residirem na localidade não tem qualquer influência em ambas as cidades peri - urbanas e na pequena cidade agrícola de Mirandela;
- Finalmente, relativamente ao tipo de compras ser em bens ou em serviços tem a sua influência em todas as cidades excepto em duas pequenas, uma turística, Tavira e, outra peri - urbana, a Lixa.

A derradeira série de comentários diz respeito à influência, exercida ou não pelo mesmo leque de variáveis anteriormente analisadas, no nível de integração local das compras dos **agregados familiares agrícolas**:

- A localização do emprego, o estatuto social, o tipo de compras em bens ou em serviços, o ciclo familiar o facto de terem ou não veículos automóveis não tem quase nenhuma influência no grau de integração local das compras das famílias agrícola em todas as cidades estudadas;
- O rendimento anual tem influência tanto em Tavira e Silves pequena e média cidade onde a actividade turística é relevante e na Lixa pequena cidade peri-urbana, mas só quando os concelhos limítrofes são tidos em consideração. Em

todas as outras cidades não influencia em nada o nível de integração local das compras dos agregados familiares agrícolas;

- A origem do agregado e o número de anos na localidade tem um papel relevante em Tavira quando quer o concelho ou os concelhos limítrofes são tidos em consideração. Quando se considera a zona alargada aos concelhos limítrofes o número de anos residências em Tavira e a origem do agregado em Vila Real são também relevantes. A consideração somente do concelho faz com que a origem do agregado passe, de igual modo, a ser determinante em Tavira, Silves e Esposende;
- O número de elementos da família tem importância em ambas as cidades agrícolas quando o concelho é tido em consideração. Quando se alarga esta zona aos concelhos limítrofes esta variável torna-se importante só para o caso da cidade de Tavira;
- Finalmente, só na pequena cidade agrícola de Mirandela é que o tipo de compras em bens ou em serviços exerce a sua influência na integração local das compras das famílias agrícolas.

Quadro 7 - Resultados da análise bi - variada para os agregados familiares agrícolas

Características das famílias agrícolas	Concelhos					
	1 Mirandela	2 Vila Real	3 Tavira	4 Silves	5 Lixa	6 Esposende
Nº de anos na localidade						
Concelho	4,953	0,755	5,074 *	5,954	--	--
Concelho+ concelhos limítrofes	4,525	0,480	5,254 *	6,865 *	--	--
Nível de rendimentos						
Concelho	2,271	2,639	6,901 ***	5,656	8,390 **	5,579
Concelho+ concelhos limítrofes	1,847	4,236	4,819 **	11,613 ***	12,733 ***	2,243
Posse de viatura						
Concelho	4,656	5,939	2,987	2,012	4,441	4,348
Concelho+ concelhos limítrofes	7,758	0,987	2,868	1,042	7,857 **	0,212
Dimensão do agregado						
Concelho	12,928 ***	6,426 *	5,531	4,790	3,105	3,249
Concelho+ concelhos limítrofes	5,985	1,958	6,576 *	4,255	6,178	2,224
Famílias com e sem filhos						
Concelho	3,399 *	1,667	0,239	0,397	1,873	0,574
Concelho+ concelhos limítrofes	0,508	2,918	0,293	2,810	3,405	0,709
Origem da família						
Concelho	272,500	48,000	6,000 *	15,000 *	22,000	8,000 *
Concelho+ concelhos limítrofes	319,000	38,000 ***	4,000 *	33,000	25,000	26,000
Local do emprego						
Concelho	--	--	--	--	2,488	0,969
Concelho+ concelhos limítrofes	--	--	--	--	3,012 *	2,972 *
Estatuto social						
Concelho	0,027	--	--	--	3,132 *	0,111
Concelho+ concelhos limítrofes	1,132	--	--	--	2,174	0,304
Tipologia de compras (Baixa e elevada ordem)						
Concelho	280,500	335,000	21,000	52,500	60,000	42,000 ***
Concelho+ concelhos limítrofes	234,000	338,000	27,000	45,000 **	72,000	79,000
(bens/serviços)						
Concelho	222,000 ***	377,000	45,500	40,000	90,000	49,000
Concelho+ concelhos limítrofes	249,000 ***	374,000	55,000	43,000	86,000	62,000

Nível de significância: * 90% (P<0.1) **95% (P<0.05) *** 99% (P<0,01)

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma visão integrada da rede urbana das pequenas e médias cidades depende de uma complexa teia de processos, que articule o núcleo urbano com a dinâmica dos espaços rurais, num contexto de complementaridade por forma, a equacionar fraquezas e potencialidades endógenas e exógenas. Isto é, se por um lado a dimensão e contiguidade não são factores determinantes na constituição de uma rede dinâmica, já o papel do espaço rural, em particular para as pequenas e médias cidades, não pode ser negligenciado no contexto dos processos de desenvolvimento económico.

Neste sentido, a inquirição feita permitiu fazer uma análise preliminar das relações entre as freguesias rurais e as freguesias urbanas deste concelho, por um lado e do concelho com as restantes áreas do país por outro.

Uma análise das transacções das famílias pelo tipo de bens que consomem é reveladora da importância que área urbana do concelho tem. De facto, quer se trate de bens e serviços de ordem elevada (i.e. de menor frequência de consumo) ou de baixa ordem (i.e. maior frequência de consumo) estes são adquiridos primordialmente na cidade. A zona rural envolvendo as cidades adquire alguma importância para as famílias agrícolas (i.e. famílias que têm uma exploração agrícola), sendo esta tendência mais significativa no que concerne as compras de baixa ordem. A isto não é com certeza alheio a “resistência” às deslocações por parte dos agregados familiares.

O conceito de rede urbana que subentendia as condições de contiguidade e de dimensão, atrás discutidas, pressupõe ainda outras características adicionais, nomeadamente a minimização do esforço de deslocações por parte dos agentes económicos para a satisfação das suas necessidades de abastecimento. Este esforço de minimizar as deslocações ocorre por duas vias: distância a percorrer e o número de vezes que ocorrem as deslocações. Na teoria dos lugares centrais esta preocupação em perceber o esforço empreendido pelos consumidores (no caso desta investigação tratamos a questão relativa apenas aos agregados familiares) foi tratada com maior importância por Christaller que de acordo com Alves (2002) resultou na ênfase no desenvolvimento de um sistema urbano multipolar.

Verifica-se claramente um maior número de deslocações das famílias que residem nas zonas urbanas aos locais de abastecimento. Do mesmo modo, a dispersão espacial dos locais de fornecimento de bens e serviços é menor para as famílias que residem nas zonas rurais. Efectivamente, estas satisfazem a quase totalidade das suas necessidades no concelho e nalguns concelhos limítrofes (ver Quadro8).

Quadro 8 - Frequência mensal de compras

	1 Mirandela	2 Vila Real	3 Tavira	4 Silves	5 Lixa	6 Esposende
Agregados rurais não agrícolas						
Bens de baixa ordem (6)	6,92	6,86	5,91	5,83	2,74	3,70
Bens de elevada ordem (11)	0,30	0,37	0,37	0,34	0,27	0,34
Serviços de baixa ordem (10)	4,35	4,75	3,73	3,99	1,59	2,22
Serviços de elevada ordem (9)	0,46	0,60	0,57	0,47	0,38	0,49
Agregados urbanos						
Bens de baixa ordem (6)	5,96	5,63	5,68	6,33	3,93	4,12
Bens de elevada ordem (11)	0,42	0,40	0,39	0,31	0,29	0,36
Serviços de baixa ordem (10)	4,43	3,77	3,57	3,23	1,92	2,39
Serviços de elevada ordem (9)	0,66	0,45	0,54	0,52	0,46	0,51
Agregados rurais agrícolas						
Bens de baixa ordem (6)	5,17	5,03	4,58	6,26	5,74	5,17
Bens de elevada ordem (11)	0,22	0,22	0,11	0,29	0,30	0,26
Serviços de baixa ordem (10)	2,40	2,49	1,27	3,11	2,06	1,71
Serviços de elevada ordem (9)	0,39	0,35	0,30	0,54	0,51	0,68
Número total de agregados						
Bens de baixa ordem (6)	5,92	5,73	5,56	6,18	3,90	5,17
Bens de elevada ordem (11)	0,33	0,34	0,34	0,31	0,29	0,26
Serviços de baixa ordem (10)	5,56	3,61	3,23	3,42	1,85	1,71
Serviços de elevada ordem (9)	0,53	0,46	0,51	0,51	0,44	0,68

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor

Efectivamente parece existir uma distribuição policêntrica do espaço, perspectiva de resto defendida pelo EDEC como a actual evolução do espaço da União Europeia. Aliada a esta visão de um espaço policêntrico o EDEC afirma ainda a presença de uma nova parceria entre o espaço rural e o espaço urbano, onde é privilegiado o desenvolvimento de uma região funcionalmente integrada em detrimento da tradicional dicotomia urbano vs rural. Esta nova forma de perspectivar o espaço europeu prevê uma capacidade de desenvolvimento globalizadora das pequenas e médias cidades e da sua envolvente rural. A rede urbana neste contexto surge como o espaço de interacção de uma cidade com outras (independentemente da proximidade) mas também com a sua envolvente rural contígua. A esta nova perspectiva não é obviamente alheia a questão da melhoria de acessibilidades e a procura de regiões e áreas eficientes que propagam o desenvolvimento para as áreas rurais até agora muitas vezes descuradas e em declínio populacional e funcional crescente.

A contestação a esta visão do espaço rural europeu, particularmente no que se refere aos países do sul da Europa, não tardou em se sentir das mais diversas formas. Hadjimichalis (2000, por exemplo, afirma que “In this powerful imaginary of spatially integrated Europe, rural space is conceived as a shrinking entity crossed by even faster communication infrastructure. (...) Concerns in the ESDP about “pump” effects and “tunnel” effects are only a pretext. And contrary to highly optimistic reports, new

telecommunications and information technology illustrate how new trends can include and exclude places and people and this raises a more general issue of how processes of marginalization and exclusion operate in rural areas” e, ainda que “the new urban-rural partnership is an attempt to deal with the criticism of urban bias (...) but the principal focus is on large urban areas and “their” needs.”

O papel policêntrico pretendido para as pequenas e médias cidades, nomeadamente as que se localizam perto de meios, predominantemente, rurais pode ter diferentes leituras quando se analisam a intensidade da integração local dos diversos agentes económicos.

As famílias ligadas ao sector agrícola (empresas e) estão mais ligados a economia local do que os que desenvolvem a sua actividade económica fora do sector primário.

Tendo em linha de conta que os agentes que se encontram fora da agricultura desempenham um papel verdadeiramente relevante na diversificação das economias locais sedeadas em meio rural verificamos que nem tudo o que luz é oiro. No entanto, só com a análise dos efeitos multiplicadores e com a Matriz da Contabilidade Social se poderão tirar outro tipo de ilações. Este é o trabalho a desenvolver no futuro cujos resultados serão em breve apresentados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, B.** (2002), A formação dos sistemas urbanos, *Compêndio de Economia Regional*, Coleção APDR, Coimbra.
- Comissão Europeia** (1999), *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário – Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da EU*, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- Courtney, P. and Errigton, A.** (2003), Small towns as ‘sub-poles’ in European Rural Development: Policy, theory and methodology, *Agricultural Economics Society Annual Conference*, University of Plymouth, 11-14 Abril, 2003.
- Christaller, W.** (1933), *Die Zentralen Orte in Süddeutschland*. Fena.
- Courtney, P. and Errigton, A.J.** (2000), The role of small towns in the local economy and some implications for development policy, *Local Economy*, 15.
- Diniz, F., Poeta, A., Silva, C., António, P., Ribeiro, L., Abreu, S.** (2002), Portuguese Report on Pilot Survey: *Peso da Régua*.
- Diniz, F.; Poeta, A.; Silva, C.; António, P.; Ribeiro, L.; Abreu, S.** (2003), *Study Área Report for Vila Real – Deliverable Eleven, Vila Real, Marketowns*.

- Diniz, F.; Poeta, A.; Silva, C.; António, P.; Ribeiro, L.; Abreu, S.** (2003), National Report for Portugal – Deliverable Twelve, Vila Real, Marketowns.
- Hadjimichalis, C.** (2000), Imagining rurality in the new Europe and dilemmas for spatial policy, Actas do VIII Encontro Nacional da APDR, Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu, 1, Coimbra.
- Keane, M.J.** (1997), Rural and Local Development in Ireland: exploring the Theory-Practise Interface, *Regional Studies*, 31.
- LÖSCH, A.** (1940), Die Raumlische Ordnungder Wirtschaft. Fena.
- Parr, J.B.** (1999), Growth-pole Strategies in Regional Economic Planning: A retrospective View. Part 1. Origins and Advocacy. *Urban Studies* 36 (8).
- Perroux , F.** (1955), Note sur la notion de pole de croissance. *Economie Appliquee*, 8.
- Williams, C.C.** (1997), *Consumer Services and Economic Development*, London: Routledge.